

cirkula

# SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL

DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO  
AOS DESAFIOS COTIDIANOS



ALZIRA MARIA BAPTISTA LEWGOY, DOLORES SANCHES WUNSCH,  
GIOVANE ANTONIO SCHERER E TATIANA REIDEL (ORGS.)

Copyright © Editora CirKula LTDA, 2023.  
1º edição - 2023

Revisão, Normatização e Edição: Mauro Meirelles  
Diagramação e Projeto Gráfico: Mauro Meirelles  
Capa: Luciana Hoppe  
Tiragem: 50 exemplares impressos e 900 exemplares para distribuição on-line.

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP**

S492 Serviço social e política social: da produção do conhecimento aos desafios cotidianos / Alzira Maria Baptista Lewgoy ... [et al.] (Organizadores); prefácio Cláudia Mônica dos Santos. – 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2023.  
400 p.: il.

ISBN: 978-85-7150-052-5

DOI: 10.29327/5338451

1.Serviço social. 2. Política social. 3. Proteção social – Políticas públicas. 4. Serviço social – Profissão – Brasil. 5. Pesquisa – Produção do conhecimento. 6. Políticas de Assistência Social – Educação. I. Lewgoy, Alzira Maria Baptista. II. Wunsch, Dolores Sanches. III. Scherer, Giovane Antonio. IV. Reidel, Tatiana. V. Santos, Cláudia Mônica dos.

CDU: 364

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

Todos os direitos reservados à Editora CirKula LTDA. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Todos os direitos reservados à Editora CirKula LTDA.

Editora CirKula

Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim

Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190

e-mail: editora@circula.com.br

Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

**ESTE LIVRO FOI SUBMETIDO À REVISÃO POR PARES,  
CONFORME EXIGEM AS REGRAS DO QUALIS LIVROS DA CAPES.**

**SERVIÇO SOCIAL**  
**e**  
**POLÍTICA SOCIAL**  
**DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**  
**AOS DESAFIOS COTIDIANOS**

**ALZIRA MARIA BAPTISTA LEWGOY**

**DOLORES SANCHES WUNSCH**

**GIOVANE ANTONIO SCHERER**

**TATIANA REIDEL**

**(ORGANIZADORES)**

  
**cirkula**

Porto Alegre  
2023

# **A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO POR TRABALHADORES/AS DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO: UMA TRAJETÓRIA DOS LIMITES E DESAFIOS DA ORIENTAÇÃO NO MESTRADO**

Tiago Martinelli  
Rosemari Paim da Silva  
Claudia Aparecida Alves Godói

Este texto tem por objetivo apresentar o processo de construção de conhecimento a partir do “acolhimento” e “fortalecimento dos vínculos”<sup>1</sup> estabelecidos desde o ingresso do docente e das discentes no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSSS/UFRGS).

Partimos justamente das realidades que nos antecedem ao ingresso neste PPGPSSS e que partem de diferentes certames, mas que implicam um objetivo único: fazer parte de um espaço de construção e lutas por conhecimento crítico. Justificamos nossos interesses em compor a Linha de Pesquisa “Estado, Sociedade e Políticas Sociais” pelas trajetórias enquanto trabalhador/as implicado/as nos estudos, projetos de extensão, capacitações,

---

1 Damos sentido a esta terminologia a partir de um dos pontos que nos vinculam, a política de Assistência Social, e por isso a analogia aos termos da acolhida e do fortalecimento de vínculos. Na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, encontraremos que para os serviços precisamos garantir a “Segurança de Acolhida” que é descrito nos diferentes serviços, conforme uma síntese, dentre outros, daquilo que nos implica, tais como: “- Ser acolhido em condições de dignidade; - Ter sua identidade, integridade e história preservadas; Ter acesso a espaço com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto; - Ter acolhidas suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades; - Garantir formas de acesso aos direitos sociais” (BRASIL, 2013).

movimento sociais, movimento sindical, entidades representativas do Serviço Social, trabalho junto às políticas sociais públicas, assessoria e pesquisas (nacionais e internacionais) na área. Essas experiências mostram que não podemos deixar de lado o papel importante que representamos, desde o lugar das mulheres, das nossas dificuldades, e que, dentro do mesmo espaço conseguimos dividir os saberes, conflitos e desafios.

Neste sentido, para a construção deste texto, elegemos uma forma de escrita que tem referência na obra de Conceição Evaristo<sup>2</sup>, e se inspira a partir de quatro títulos noticiados, a saber: “A escrevivência carrega a escrita da coletividade, afirma Conceição Evaristo” (HERMINIO, 2022); “Conceição Evaristo: a escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira” (GUZZO, 2021); “Esse lugar também é nosso” (ACAUAN, 2019); e “Conceição Evaristo – ‘A escrevivência serve também para as pessoas pensarem’” (SANTANA e ZAPPAROLI, 2020).

Sendo assim, buscaremos apresentar algumas implicações do trabalho do/a Assistente Social no processo de construção de conhecimento, tendo em vista o lugar da classe social que ocupamos

---

2 Importante entendermos a origem desta referência conceitual explicitada pela própria autora em entrevista ao Nexo Jornal: “Eu venho trabalhando com esse termo desde 1995 - na minha dissertação de mestrado, várias vezes fiz um jogo com o vocabulário e as ideias de escrever, viver, ver-se. Usei ‘escrevivência’ pela primeira vez em uma mesa de escritoras negras no seminário ‘Mulher e Literatura’. Terminei meu texto dizendo que a nossa escrevivência não é para adormecer os da Casa Grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos. [...] A nossa ‘escrevivência’ conta as nossas histórias a partir das nossas perspectivas, é uma escrita que se dá colada à nossa vivência, seja particular ou coletiva, justamente para acordar os da Casa Grande. A escrevivência seria escrever a escrita dessa vivência de mulher negra na sociedade brasileira. Eu acho muito difícil a subjetividade de qualquer escritor ou escritora não contaminar a sua escrita. De certa forma, todos fazem uma escrevivência, a partir da escolha temática, do vocabulário que se usa, do enredo a partir de suas vivências e opções” (EVARISTO, 2017).

enquanto trabalhador/as visando carregar “a escrita da coletividade”. No entanto respeitaremos as diferenças da “escrevivência das mulheres negras” e o lugar da branquitude crítica<sup>3</sup> somando-se à luta antirracista.

“Esse lugar também é nosso”<sup>4</sup>, apesar de se referir àquela experiência de busca por estar na Academia Brasileira de Letras (ABL), ela nos remete ao nosso processo de busca por compor o Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPSSS).

Trazemos estes escritos também como uma provocação de que, se nada ficar, que ao menos a escrevivência sirva “para as pessoas pensarem”. Nesta implicação, no processo de escrita, tanto para o projeto de pesquisa quanto para a construção da dissertação, nos propomos a valorar e defender as trajetórias, sobretudo como forma de justificar e compor os processos de formação de pesquisadores/as e professores/as.

Esta síntese da trajetória acadêmica visa destacar a *produção do conhecimento* e o interesse em poder contribuir com os processos de formação dentro da Linha de Pesquisa, com os debates sobre a política de Assistência Social, Seguridade Social, Direitos

---

3 “Lembrando que branquitude crítica seria aquela pertencente ao indivíduo ou ao grupo de brancos que desaprovam publicamente o racismo. Em contraposição a essa perspectiva a branquitude acrítica seria a identidade branca individual ou coletiva que argumenta em prol da superioridade racial” (CARDOSO, 2010, p. 620-621).

4 “Aos 70 anos, a escritora Conceição Evaristo busca vaga na Academia Brasileira de Letras (ABL). Como uma entidade que resguarda a produção nacional e se supõe diversa, acredita que pode representar o seu grupo social, étnico e de gênero. ‘Esse lugar também é nosso.’ [...] ‘Meu texto é capaz mesmo de convocar a coletividade, pensando nos afro-brasileiros, e em leitores que têm uma história diversa da minha. Homens, mulheres, negros, brancos. Não se trata de um texto apenas de uma mulher negra, mas de um grupo social, étnico e de gênero que ocuparia um lugar dentro de uma Academia que se supõe diversa, que representa uma literatura nacional. Esse lugar também é nosso” (EVARISTO, 2018 *apud* ACAUAN, 2019).

Sociais e Sistema de Proteção Social, tanto no desenvolvimento de pesquisas quanto na realização de orientação, participação em bancas e disciplinas. Salutar lembrar de Antônio Gramsci<sup>5</sup> quando refere à necessidade intelectual do “saber” e do “sentir”. Assim buscamos exercitar nossas construções nos limiares do conhecimento e do sentimento.

Justificadas as escolhas metodológicas para a escrita, passaremos a desenvolver nossas trajetórias e como nos vinculamos enquanto docentes, discentes trabalhadores/as permeados por diferentes expressões da questão social que serão apontadas como limites, desafios e conquistas.

Por fim, concluímos que as diferentes implicações que passamos nos nossos espaços de trabalho foram nos vinculando e nos construindo, sempre com o objetivo de compor conhecimento e trazer contribuições que possam servir de pontos de partida para a formação no mestrado.

---

5 “O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o “saber”; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. Na ausência deste nexos, as relações do intelectual com o povo-nação são, ou se reduzem, a relações de natureza puramente burocrática e formal; os intelectuais se tornam uma casta ou um sacerdócio (o chamado centralismo orgânico)” (GRAMSCI, 1999, p. 221-222).

## **Nosso exercício de escrevivência: pontos que nos conectam e nos coletivizam**

*Assistente Social trabalhadora do Serviço de Abordagem com População em Situação de Rua*

Exerço esta profissão há dez anos. No dia 7 de dezembro de 2012 me formei, sendo a primeira pessoa com Ensino Superior da minha família em mais de 300 anos de história no Brasil. Quero acrescentar aqui que minha mãe não me viu formada, pois foi embora cedo demais, era negra como eu e no Brasil a mulher negra geralmente parte cedo devido, em grande parte, ao racismo estrutural. Nosso país ainda não conseguiu se desprender do racismo, não evoluiu nesta questão da mesma forma que evoluiu em outros aspectos sociais. Portanto, é fundamental trazer à luz os sufrágios que alavancam o preconceito na sociedade contemporânea, elucidando toda uma retórica social imposta culturalmente ao povo negro.

No dia 13 de maio de 2013 minha carteira de trabalho foi assinada como Assistente Social no Centro de Promoção da Criança e Adolescente – CPCA – no Instituto Cultural São Francisco de Assis, e após ter atuação como Educadora Social, neste local pude ganhar experiência e me incluir profissionalmente na vida de centenas de usuários acompanhados por um dos serviços da Instituição, contribuindo para um desenvolvimento e conhecimento pessoal, social e político de ambas as partes. Foram essas vivências e expectativas que me levaram a sonhar mais alto, perceber que dar um passo além era preciso, mas eu tinha medo de voar perto demais do sol. Será que seria capaz de entrar na Pós-Graduação da UFRGS?

O Mestrado certamente me levaria a aprimorar e melhorar a construção do projeto “A questão social e a questão racial das mulheres negras usuárias da Política de Assistência Social de Por-



to Alegre/RS”. A elaboração de métodos e soluções de problemas, verificar como fazer pesquisa, conhecer melhor e ter proximidade acadêmica, precisava avançar nas etapas e discutir propostas para combinar trabalho e estudo em prol da comunidade onde resido. O sonho aconteceu, virou realidade e no dia 16 de março de 2022 ingressei no Mestrado da UFRGS.

Esta construção procurou atender alguns escritos iniciados ao longo da história acadêmica. Tinha como pretensão traçar reflexões acerca do racismo estrutural e como a violência do racismo estrutural afeta a formação dos sujeitos. Segundo Silvio Almeida (2020) é preciso descortinar os olhos, ler os códigos, os símbolos, as produções materiais e subjetivas decorrentes do ato racista. Inclusive, por ser estrutural, no Brasil o racismo é, consequentemente, estruturado e estruturante, pois afeta a formação dos sujeitos e das instituições de modo comum no cotidiano.

Essa percepção (aqui implica o Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social) levou-nos a pretensão de querermos abordar as dificuldades e os desafios colocados no enfrentamento ao racismo estrutural e suas múltiplas formas de intimidação e exclusão, buscando compreender as razões que levam pessoas negras, pobres e oriundas de qualquer desvantagem social a serem objetos de preconceito em determinados ambientes, de alguma forma e em algum grau em quase todos os lugares que frequentamos.

No comércio, por exemplo, não é raro vermos notícias de condutas com imposição de constrangimento, tratamento diferenciado, perseguição dentro de estabelecimento em função da raça ou da cor. Esta prática atinge a dignidade do indivíduo e fere os fundamentos da integridade e autoestima da pessoa humana, desvalorizando sua singularidade e potencialidade, causando grande sofrimento e muitas vezes uma contradição onde a vítima de racismo sente-se a culpada.

A população negra foi empurrada historicamente para residir nos espaços mais vulnerabilizados, tidos como precários e com pouca ou nenhuma regulamentação ou atenção dos gestores públicos.

Podemos observar pelos números apresentados na estatística do IBGE e nos indicadores apresentados o quanto o advento da pandemia de Covid-19 foi devastador, e desta forma encontramos comunidades sem a devida atenção expostas a todas as formas de desproteção social. O acesso à água potável e esgoto, assim como saneamento básico, são precários ou nulos nestes espaços territoriais. Não é difícil perceber que estes locais são comunidades com grande concentração de moradias, onde há um maior número de pessoas que se declaram pretos e/ou pardos.

Nestes territórios as políticas públicas de Educação, Saúde e Assistência Social estão resistindo ao grande sucateamento e precarização. A mídia tem noticiado quase que cotidianamente a falta de oferta de vagas escolares em todas as áreas do conhecimento, escolas devastadas e/ou sem professores de Ensino Básico em todas as instâncias municipais e estaduais. A falta de espaços de lazer é outro ponto a se observar, ao analisar como as crianças e adolescentes desses espaços podem estabelecer trocas e oportunidades de se relacionarem de forma a se identificarem como grupo se não têm praças ou locais onde possam fazer conexões entre si, reforçando lições de pertencimentos saudáveis.

Podemos afirmar que a população mais pobre, onde a maioria é de pretos e pardos, produz processos complexos e intrincados que se materializam em condições de exclusão e negligência da discussão de raça/cor, levando propositalmente a uma invisibilização do real impacto do racismo estrutural no cotidiano da população negra.

Outro ponto a ser observado com certa preocupação é a categoria trabalho, por exemplo, assim como Ferrugem e Machado (2022) vão nos apresentar juntamente com o IBGE que

a população parda e negra é a de menor salário e maior jornada, sendo que o salário da mulher negra ainda é menor que o dos homens e sua jornada de trabalho é maior, mostrando para um olhar mais atento que a mulher negra enfrenta uma dupla dinâmica que se reveza para lhe golpear a todo momento: o racismo estrutural e o machismo estrutural.

O racismo estrutural e estruturante busca invisibilizar as personalidades negras das mais variadas gerações que contribuíram de maneira essencial para o enfrentamento da desigualdade racial e social no nosso país. Nesta trajetória de estudos foram poucos ou nulos os encontros com a literatura produzida pelos autores e autoras negras e negros. Aqui seguem alguns nomes que traçamos ao longo de nossa vida de estudo. São eles: Zumbi dos Palmares (1655 a 1695), Machado de Assis (1839 a 1908), Milton Santos (1926 a 2001), Conceição Evaristo (1946), Abdias Nascimento (1914 a 2011), Lelia Gonzalez (1935 a 1994), Marina Silva (1958), Silvio Almeida (1976), Grada Kilomba (1968), Carolina Maria de Jesus (1914 a 1977), Ângela Davis (1944), bell hooks (1952 a 2021), e tantos outros. Aqui mencionamos outros pretos e pretas que constroem da sua forma uma história melhor para nós de um jeito somente seu, único e possível de resistir e enfrentar o cotidiano em tantos espaços ocupacionais e/ou de moradia por este país.

Importante retomarmos a história produzida por autores pretos e pretas para que a população negra possa se identificar, e como gente que pertence e resiste à violência produzida pelo racismo estrutural tenham chance de desejar viver assim como o autor Gabriel Alves Godoi (2022) nos aponta em sua dissertação no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

O que a minha história me ensina é que existe algo que determina quem vive muito e quem vive pouco, e que reduzir tal questão a simples fatores econômicos ou meritocráticos seria completamente improdutivo. Pois veja, não apenas se

vive pouco, mas deseja-se pouco. Eu não desejava ser “doutor” e nem embranquecer. Eu desejava ser outro! Deixar de ser para virar outra coisa. Em brincadeira se coloca a morbidez de uma vida curta. Minha vida deixou de ser curta quando passei a desejar e isso, também, faz parte da saúde. Por outro lado, na parte nobre da vida, as pessoas viajam para outros países e conhecem uma infinidade de profissões das quais eu nunca ouvi falar antes de ser um universitário. Se vive muito, também, por que se deseja muito? Ou as formas econômico-sociais regulam o desejo de viver e de viver muito? (GODOI, 2023, p. 23- 24).

Os desafios que se colocam para conquistar a visibilidade são imensuráveis, o que faz com que leis e marcos constituídos no decorrer da história sejam efetivados de forma parcial e/ou nula na vida cotidiana do país, tais como:

- a Declaração de Viena e o Programa de Ação, adotados pela Conferência Mundial de Direitos Humanos em junho de 1993, clamam pela rápida e abrangente eliminação de todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; a resolução 1997/74, de 18 de abril de 1997, da Comissão de Direitos Humanos; a resolução 52/111 de 12 de dezembro, da Assembleia Geral e as subsequentes resoluções daqueles órgãos concernentes à convocação da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (UNFPA, 2001) e lembrando, também, as duas Conferências Mundiais de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial, ocorridas em Genebra em 1978 e 1983, respectivamente; Conferência Mundial; Dublin 182 da Independência e 115 da República.
- Lei 10.639/1993 que institui e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da

- temática “História e Cultura Afro-brasileira”; Brasil, Brasília, janeiro 2003.
- Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. CNE/CP Resolução 1/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.
  - Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o Art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Brasília, 29 de agosto de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

Neste sentido vamos fazer um esforço para aqui não sermos injustos com tais conquistas. Deste modo, iniciamos o ano e o ingresso em curso no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSSS/UFRGS) no ano de 2022/1 com o projeto intitulado “A questão social e a questão racial em mulheres negras usuárias da Política de Assistência Social de Porto Alegre/RS”.

Tive participação ativa e efetiva como profissional nos espaços de construção coletiva, primeiramente como ouvinte e depois como mediadora, principalmente em Conferências. Na execução da Política de Assistência Social, ao longo de dezesseis anos de atuação, participei das reuniões ligadas as Políticas de Saúde, Educação, Habitação, entre outras que compõem o sistema de garantia de direitos à criança e adolescentes e suas famílias. O trabalho desenvolvido com pessoas em situação de rua me possibilitou conhecimento maior e deste local surge a inquietação em saber mais sobre as negritudes e buscar a Academia.

Ainda que não fosse necessário marcarmos em subtítulos nossas trajetórias, o processo de escrita passou a exercitar nosso olhar sobre os diferentes lugares em que fomos nos constituindo e como fomos nos aproximando.

### **Assistente Social trabalhadora do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua**

Início apresentando minha trajetória profissional como Assistente Social, graduada ao final de 2015/2 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Durante a trajetória acadêmica a construção do projeto de intervenção e Trabalho de Conclusão já traçaram os primeiros passos voltados para a temática da infância e adolescência, tendo como estágio obrigatório o projeto com a saúde integral da criança e do adolescente. Em 2016 iniciei a caminhada como profissional atuando sempre na área de Assistência Social.

Porém, foi em julho de 2018 que iniciei minha experiência profissional no trabalho com adolescentes que cumpriam Medidas Socioeducativas de Semiliberdade. Na ocasião, fazia parte da equipe de técnicos que acompanhavam o trabalho com os adolescentes e jovens que cumpriam a Medidas Socioeducativas (MSE).

O trabalho era desenvolvido junto à Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE) como uma parceria, com interação e articulação junto das equipes e do plano de trabalho do corpo de trabalhadores. Após essa longa jornada de um ano e meio de experiência, trilhei por outros caminhos enquanto profissional, sempre com o público da infância e adolescência. Trabalhadora da Política de Assistência Social, hoje atuando há exatamente dois anos com população adulta em situação de rua.

No espaço acadêmico tive a oportunidade de participar de oficina elaborada pelo Programa de Pós-Graduação. Entre as construções elaboradas pelos/as docentes do Programa de Pós-Graduação, pude participar como organizadora do espaço de construção de pré-qualificação para as demais participantes do grupo de discentes no ano de 2022/1 da UFRGS. Ainda podemos acrescentar a participação enquanto mestrandas na disciplina de Estágio Docente, onde tivemos a honra de compartilhar vivências com a Professora Loiva Mara de Oliveira Machado na disciplina “Relações Sociais de Classe, Gênero, Sexo, Raça e Etnia”, que tem como objetivo:

Aprender os processos constitutivos da sociedade classista, racista, heteropatriarcal e heteronormativa, com referência na teoria social crítica e no projeto ético/político/profissional, considerando as particularidades da formação sócio-histórica da realidade brasileira, as expressões da questão social e a divisão social, racial e sexual do trabalho, frente às relações de exploração/opressão de classe, raça/etnia, gênero/sexualidades com vistas à efetiva incorporação dessas pautas na formação e trabalho profissional em Serviço Social.

Durante a caminhada como mestrandas, mulheres negras, trabalhadoras da Política de Assistência Social contribuíram nas diferentes discussões junto à turma de Graduação, administrada por uma professora negra. No decorrer das aulas discutimos sobre autores importantíssimos, como: Cida Bento (Psicologia Social do

Racismo - Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil, 2016); Grada Kilomba (Memórias da Plantação, 2019), entre outros, além do que foi uma honra ter representado o corpo docente enquanto mulheres negras, de grandes enfrentamentos na história de luta como trabalhadoras na Política de Assistência, com as barreiras e conflitos na localização de boas referências neste âmbito.

No início de 2022 ingressei novamente na Universidade, desta vez como mestranda no Programa Pós-Graduação em Políticas Públicas e Serviço Social pela UFRGS, com o Projeto de Pesquisa: “Os motivos que incidem na reincidência de adolescentes no processo de medidas socioeducativas em Porto Alegre”. O projeto tem como objetivo geral analisar os motivos que incidem nas reincidências entre os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em conflito com a lei no município de Porto Alegre. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem como sujeitos adolescentes entre 14 e 18 anos e que são trabalhadores das unidades. Será realizada a partir do conhecimento da população envolvida, por meio de dinâmica com grupos focais e debates entre os trabalhadores das unidades.

A justificativa dessa pesquisa nasceu a partir da experiência de trabalho de equipe nas medidas de semiliberdade, e se deu justamente por não ser identificado dentro da realidade das unidades distintas uma interlocução nos processos de reinserção dos mesmos na sociedade e na vida familiar. Logo, a pesquisa buscará por fatos trazidos pelos sujeitos que possam fortalecer o processo de trabalho que contribuam para a diminuição da reincidência no sistema socioeducativo.

Ao longo do projeto, será tratado também como se apresenta a Fundação FASE, seus decretos e estatutos, com apresentação da instituição, unidades e trabalho dos profissionais, tudo discutido com as políticas públicas sociais para essa população. Além disso serão apresentadas as condições de trabalho e os desafios dentro



de uma Unidade Socioeducativa, tanto para os sujeitos protagonistas como para os trabalhadores, as condições de efetivação das práticas socioeducativas, suas dificuldades e desafios.

Por fim, será apresentada a Política de Assistência Social, Medidas Socioeducativas e o trabalhador Assistente Social como fundamental nos espaços sócio-ocupacionais e no que de fato isso implica na classe trabalhadora. O projeto de pesquisa vem ao encontro do trabalho profissional através do conhecimento da crítica de sua natureza histórica. Diferente de outras profissões, o Serviço Social apresenta em sua raiz histórica a relação com a sociedade como categoria central no trabalho, que fala da sua exploração, e é na raiz histórica que se manifesta a dialética crítica marxiana, uma tradução da realidade. É neste sentido que o olhar do Assistente Social se baseia nas lutas sociais, defendendo seu alargamento, como a história presente no processo.

### **Assistente Social trabalhador da Educação**

O lugar que implica a “orientação” passa a ser posto como um espaço coletivo de compartilhamento, de construção aberta e colaborativa, ainda que respeitando cada objeto de investigação; desta forma fomos nos vinculando ao processo de ingresso no PPGPSSS. Das trajetórias formativas ao ingresso no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, passamos por processos seletivos, por entrevistas e aqui nos encontramos.

Necessário recolocar nesta escrita o lugar de uma trajetória acadêmica ocupada por um homem branco, e que deste lugar busca construir processos antirracistas, ainda que não se possa desvincular o lugar da branquitude<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> “A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivos, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo” (CARDOSO, 2010, p. 611).

Sendo assim, cabe este resgate enquanto Assistente Social formado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos em 2005, Mestre (2005-2007) e Doutor (2007-2011) pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Tive a possibilidade de realizar doutorado sanduíche no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social PUC-SP (2008) e na Universidade do Porto em Portugal (2009). Participei e integro o Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social (NEPES), cujas linhas de pesquisas se associam aos debates propostos em torno do Estado, Sociedade e Políticas Sociais.

Nesta trajetória, raras foram as vezes em que tive acesso ao debate sobre racismo e antirracismo<sup>7</sup>, o que difere quando somos chamados a nos ler enquanto brancos em uma sociedade racista.

Ingressei, em 2010, como docente no Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pampa, desenvolvendo pesquisas e ministrando disciplinas que também constituem o debate das políticas sociais e da relação Estado – Sociedade Civil.

Na Graduação em Serviço Social na UFRGS, ministro desde 2013 disciplinas que tratam do debate sobre Estado, Sociedade e Políticas Sociais. Acredito que nestes espaços de sala de aula é onde podemos trazer à tona o quanto se faz necessário compormos os conteúdos discutindo, problematizando e vivenciando práticas antirracistas. Sendo assim, de forma mansa vamos nos aproximando e se propondo a construir processos que implica uma Educação Antirracista.

---

<sup>7</sup> Cabe a lembrança que “A práxis antirracista na Educação Brasileira requer, conclama e exige o comprometimento de todos os entes envolvidos com a temática. A Educação como direito inalienável de cada cidadã e de cada cidadão do Brasil exige o empenho de todas as instâncias incumbidas da formulação, da implantação e do aprimoramento da política educacional no país” (FONTOURA, 2022, p. 100).

Os conhecimentos demandados para a efetivação de Educação Antirracista e pelo trabalho profissional comprometido precisa de forma inalienável driblar, combater e diminuir a ditadura dos saberes oriundos do Norte do mundo. É urgente associar-se à divulgação, ao aparecimento e à transmissão das culturas estabelecidas no Sul do planeta e que buscam, pretendem e exigem se impor. Apresentam epistemologias que merecem ser vistas de forma afirmativa. Não visam afastar, desmerecer ou diminuir as culturas vindas da Europa e dos Estados Unidos. Urge valorizar a parte negra do universo (FONTOURA, 2022, p. 102).

Integrei o grupo que desenvolveu as pesquisas internacionais “Sistemas de Proteção Social Brasileiro e Cubano” (2009-2011) e “Análise dos Sistemas de Proteção Social na América Latina” (2013-2018). Em decorrência destes estudos, participei da pesquisa sobre as “Alterações Político-econômicas Contemporâneas na América Latina e Impactos nas políticas de Assistência Social, Saúde, Previdência, Seguro-desemprego e Educação: o caso do Brasil, de Cuba e do Chile” (2018-2021). Em dezembro de 2021 foi concluída a pesquisa “Movimentos e lutas sociais no município de Porto Alegre (RS): reconhecimento da organização, funcionamento, atuação política e demandas por direitos sociais (2010-2019)”.

Pude me envolver e integrar a equipe do Projeto de Cooperação Acadêmica 2005 (UFMA, PUC-SP e PUC-RS – PROCAD/CAPES) participando da pesquisa “O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: um estudo avaliativo de sua implantação”, que em 2018 concluiu sua segunda edição com a pesquisa “Estudo Avaliativo da Implementação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil”. Essas pesquisas estão publicadas com os títulos “Sistema Único de Assistência Social no Brasil – uma realidade em movimento” (2010) e “O Sistema Único de Assistência Social no Brasil – Disputas e Resistências em Movimento” (2019), sendo este último lançado na Conferência Livre e Democrática da

Assistência Social em 2019 (COUTO, YAZBEK, SILVA e RAICHELIS, 2010; 2019).

Tive oportunidade de participar de bancas de qualificação e de defesa final, tanto de Doutorado (em outras Instituições) quanto de Mestrado, manifestando publicamente minha intenção de compor “um programa novo e que vem marcado pelo projeto profissional do Serviço Social, [...] associado ao diálogo com outras áreas do conhecimento, visando o atendimento das necessidades sociais dos usuários das políticas e se propondo à formulação das agendas e operacionalização das políticas sociais de forma democrática e participativa”.

Reforçamos assim, a partir de cada lugar ocupado na formação e na construção de conhecimento, que:

A inserção na Graduação e Pós-Graduação é um importante divisor de águas, pois é nesses movimentos que se constrói o profissional, intelectual, pesquisador/a, produtor/a de conhecimento científico, mas, sobretudo, a identidade social e racial do negro e seus percursos de vida. Considerar seus percursos de vida e seu processo de luta para acesso e permanência de sua formação superior é fundamental, pois possibilita denunciar os processos hegemônicos que insistem em empurrar a população negra dos espaços acadêmicos. O propósito a ser buscado é que a Universidade compreenda o seu papel na luta antirracista, de posicionamento, pautando o tema como prática e política permanente, questionando que interfaces são feitas em seu cotidiano, problematizando o quanto a academia aprofunda e legitima a história do povo negro ou se ainda mantém reproduzindo uma concepção eurocêntrica (ROSA e SANTOS, 2022, p. 132).

Também na Coordenação do Grupo de Pesquisa do CNPq, Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social que buscamos a

apropriação crítica da realidade, que possibilita o reconhecimento da totalidade concreta onde trabalham os profissionais das ciências sociais, em especial do Serviço Social, tendo em vista a identificação do campo de disputas entre capital e trabalho e o papel do Estado na proteção social a partir das políticas públicas, com ênfase nas sociais. [...] Consolidar-se enquanto espaço de articulação, interlocução e apoio aos movimentos sociais que lutam frente às expressões da questão social no campo e na cidade.

Neste lugar buscamos articular, o desenvolvimento de pesquisas, da Iniciação Científica, dos Trabalhos de Conclusão e Curso e da Extensão. A articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão<sup>8</sup>, considerados constituintes do tripé indissociável da formação acadêmica. A partir destes espaços dialogamos e construímos ações com o Coletivo Aya (UFRGS) e Terra, Trabalho e Resistência (UFSC).

Como docente, entendo que minha participação no Programa de Pós-Graduação consolida a possibilidade de continuar na busca por produzir conhecimento e formar trabalhadoras/es na perspectiva crítica e alicerçada no projeto profissional que se expressa nesse espaço acadêmico público.

### **Considerações a serem finalizadas**

Não sabemos dizer se escolhemos ser profissionais Assistentes Sociais ou se o Curso de Serviço Social nos escolheu, mas podemos afirmar com certeza que a profissão nos abraçou porque gostamos de relacionar e compartilhar conhecimentos, aprofundar aprendizagens e ter contato com usuários/as para fortalecimento dos coletivos.

---

<sup>8</sup> Programa de Extensão Movimentos Sociais e Serviço Social: educação popular, lutas e direitos sociais; Projetos Ciclos de Debates sobre Assistência Social - 3ª edição e Educação Popular e Universidade: lutas por direitos sociais.

Registro aqui que temos duas pioneiras que são juntas as primeiras mulheres negras na história de suas famílias a estarem em uma Universidade Federal em um curso de Pós-Graduação. Neste período tivemos a oportunidade de convivermos em um ambiente potente. Estar e produzir conhecimento no Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social gerou em nós, discentes e docente, uma honra imensa. Adveio uma curiosidade ainda maior adquirida em toda a nossa vida. Com isto, também vieram para os nossos corpos os desafios de professor e alunas: como estabelecer uma agenda fixa semanal de aproximação e criação conjunta?

Uma vez que o coletivo de alunas e professor pertence ao quadro de trabalhadores/as assalariados/as, com famílias e contas fixas e/ou geradas naquele mês para manter seus pagamentos, isto foi algo a ser dialogado e construído para novos movimentos e esgarçamento. Segundo a consulta elaborada para o termo *esgarçar*<sup>9</sup>, este é aqui utilizado no sentido de *rasgar elou abrir fios* que já estão no seu máximo de abertura. Neste sentido fomos nos *esgarçando* para a construção conjunta de fios nunca vistos em nossas tão cheias agendas de trabalhador e trabalhadoras. Além disso, nos vinculamos no sentido de “Desfiar lembranças, impressões, histórias etc.” (ESGARÇAR, 2023).

Nesta construção rica de olhares e apropriação de conteúdo, fomos mergulhando ainda mais na busca por nossos pares. O curso de Pós-Graduação possui uma grade curricular de vinte e quatro disciplinas distribuídas entre obrigatórias e eletivas. Ainda no decorrer dos dois anos letivos de que dispomos para qualificarmos o Projeto, temos como requisito fazermos a etapa de Proficiência e Estágio de

---

9 “es·gar·çar. vtd, vint e vpr. 1 Rasgar(-se) ou abrir(-se) o pano pelo afastamento dos fios; desfiar(-se): O prego na cadeira esgarçou sua calça. Com o tempo, o tecido esgarçou. A meia esgarçou-se após muitas lavagens. Vint e vpr. 2 Romper(-se) em fragmentos; desfazer(-se). Vtd. 3 Romper a casca de (fruto). Vtd. 4 FIG Desfiar lembranças, impressões, histórias etc. vtd. 5 Arranhar a pele; escoriar, esfolar?” (ESGARÇAR, 2023).

Docência. Importante aqui registrar que foi fundamental a indicação feita pelo professor/orientador sobre a aula que nos conduziria para a realização do Estágio de Docência acadêmica. Foi no Estágio de Docência, mais precisamente na aula de relações de Classe Gênero, Sexo, Raça e Etnias com a Professora Loiva Mara de Oliveira Machado que tivemos a oportunidade de encontrar literatura preta contendo um número expressivo de autores/as pretas e pretos.

O Programa de Pós-Graduação consiste em um espaço destinado à avaliação através de reunião envolvendo discentes e docentes coordenadores. Em reunião realizada no final do ano letivo tivemos a oportunidade de avaliar o espaço e as aulas ofertadas pelo PPGPSSS. Neste espaço pudemos colocar nossas observações e a falta que fazia os autores e autoras pretas, alguns aqui citados, entre outros, assim como a importância em termos mais professores/as pretos/as na docência do Programa.

Os trabalhos apresentados pelas pesquisadoras exigem desde sempre dedicação e cuidado nas dificuldades, atenção para a saúde emocional e considerações importantes para nossas vidas pessoais. Enquanto mulheres negras, trabalhadoras, destacam-se em suas trajetórias as lutas constantes pela defesa intransigente dos direitos humanos, lutas sociais e contra a discriminação em suas diferentes formas. Os projetos de pesquisa e futuras dissertações contam com grandes desafios, principalmente em relação às pesquisadoras enquanto trabalhadoras, vivenciando demandas atuais e fortemente avassaladoras causadas pelo “Estado”, o qual não dá o devido suporte, como investimento nas políticas sociais e situação de qualificação de profissionais. Reivindicam-se assim, políticas de acesso, mas também de permanência na Pós-Graduação.

Muitas dificuldades foram enfrentadas, principalmente enquanto dedicação ao processo acadêmico e ao “furacão” ao qual vamos sobrevivendo enquanto trabalhadoras, estudantes e negras, contando com poucos espaços para este debate.

Como realizar uma pesquisa não pensando no ser social, pensar na raiz da exploração do trabalho, a compreensão do ser, a ética do trabalho e a crítica à moralidade burguesa? O trabalho do profissional do Serviço Social traz uma dimensão investigativa a contribuir no plano societário da realidade. A concepção do Serviço Social se manifesta nos diversos projetos societários, podendo intervir nas diferentes esferas da sociedade, principalmente vinculado ao campo de trabalho que cada um exerce. É neste sentido que os projetos de pesquisa estão vinculados aos processos de trabalho em que participamos, os quais além de se tornarem agentes de investigação, também se transformam no cotidiano do trabalho profissional da intervenção junto aos usuários/as dos serviços.

Mantemos o desafio de articularmos o ensino, a pesquisa e a extensão à construção junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social. Contudo, nossas limitações de agenda, disponibilidades comuns, nossos processos de acolhida de orientação, nossa luta antirracista, nossas avaliações coletivas, a conformação das bancas, as nossas trocas de alegrias e tristezas compartilhadas levam a construir este material, ainda que de forma sintética, singular e plural, que se resume em produção de conhecimento.

Construir conhecimentos a partir da nossa trajetória no mestrado implica em reconhecer nossos limites e desafios enquanto trabalhadores/as que também se implicam com as políticas de Assistência Social e Educação. Que nosso processo de orientação seja uma continuidade de “seguranças afiançadas”, e, sobretudo, uma constante acolhida!



## Referências

ACAUAN, A. P. “Esse lugar também é nosso”. **Revista PUCRS**, nº 191 | Julho/Setembro 2019. Disponível em: <https://www.pucrs.br/revista/esse-lugar-tambem-e-nosso/>. Acesso em: mai. 2023.

ALMEIDA; S. **Racismo estrutural**. 1. São Paulo: Jandaíra, 2020.

BENTO, M. A. S.; CARONE, I. (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo - Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 01, de 17 de abril de 2004**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Reimpressão 2013. Brasília: CNAS, 2013.

BRASIL. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. **Núcleo de Estudos e Pesquisas Terra, Trabalho e Política Social**. Disponível em: <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/81016>>. Acesso em: mai. 2023.

CARDOSO, Lourenço C. Branquitude acríica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, pp. 607-630, 2010.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: disputas e resistências em movimento**. São Paulo: Cortez, 2019.

ESGARÇAR. In.: **Michaelis, Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2023.

EVARISTO, C. Conceição Evaristo: 'minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra'. **Nexo Jornal**. São Paulo, 26 mai. 2017. Entrevista concedida a Juliana Domingos de Lima. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>. Acesso em: 15 mai. 2023.

FERRUGEM, D.; MACHADO, L. M. O. Questão social e questão racial na formação em Serviço Social: debate necessário. **SER Social**, v. 25, n. 51, pp. 446-463, 2022.

FONTOURA, M. C. L. O trabalho profissional e a prática da Educação Antirracista. In.: MACHADO, L. M. O.; FERRUGEM, D.; ROSA, C. M. (Orgs.). **Debates antirracistas: direitos humanos e políticas sociais** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: CirKula, 2022. Pp. 75-106.

GODOI, A. G. **Encontrando meu corpo: Diálogos entre negritude, saúde e descolonização**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUZZO, M. Conceição Evaristo: A escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira. **Portal Geledés**. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstroi-a-historia-brasileira/>. Acesso em: 15 mai. 2023.

HERMINIO, B. “A escrevivência carrega a escrita da coletividade”, afirma Conceição Evaristo. **IEA: Instituto de Estudo Avançados da Universidade de São Paulo**. 2022. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo>. Acesso em: 15 mai. 2023.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

ROSA, C. M.; SANTOS, C. M. Do acesso à permanência: contribuições acerca da construção de caminhos às práticas antirracistas nas universidades. In.: MACHADO, L. M. O.; FERRUGEM, D.; ROSA, C. M. (Orgs.). **Debates antirracistas: Direitos Humanos e Políticas Sociais** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: CirKula, 2022. Pp. 127-138.

SANTANA, T.; ZAPPAROLI, A. Conceição Evaristo: A escrevivência serve também para as pessoas pensarem. **Revista Itaú Cultural**. 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as- pessoas-pensarem/>. Acesso em: 15 mai. 2023.

UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas. **III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. África do Sul, Durban, 2001. Disponível em: <[https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/declaracao\\_durban.pdf](https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/declaracao_durban.pdf)>. Acesso em: mai. 2023